

## CONCURSO PÚBLICO

### COM PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA REPÚBLICA

### PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA DEFINIÇÃO DE ARQUITETURA E IMPLEMENTAÇÃO DA PLATAFORMA DE INTEGRAÇÃO DE DADOS E SERVIÇOS

## PROGRAMA DO CONCURSO

**Reg.140/2022**



## **Artigo 1º**

### **Objeto do concurso**

O presente concurso público tem por objeto a aquisição de serviços de definição de arquitetura e serviços de implementação da plataforma de integração de Dados e Serviços, de acordo com as condições e especificações técnicas constantes do Caderno de Encargos.

## **Artigo 2º**

### **Entidade adjudicante**

A entidade adjudicante é a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., adiante designada por Agência, I.P., pessoa coletiva n.º 510 928 374, com sede na Avenida 5 de Outubro, nº 153, 1050-053 Lisboa, telefone 218814000 e endereço de correio eletrónico: [agencia@adcoesao.pt](mailto:agencia@adcoesao.pt).

## **Artigo 3º**

### **Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada por deliberação do Conselho Diretivo da Agência, I.P., de 08 de junho de 2022, nos termos do artigo 17º, nº 1 alínea c) do DL nº 197/99, de 8 de junho e do artigo 38º, nº 3 da Lei nº 3/2004, de 15 de janeiro, com a redação em vigor.

## **Artigo 4.º**

### **Tipo de procedimento**

O procedimento é o de concurso público com publicação de anúncio no Diário da República, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação em vigor, doravante designado por CCP.

## **Artigo 5º**

### **Plataforma eletrónica**

1. O presente procedimento é tramitado exclusivamente de forma eletrónica, na plataforma eletrónica utilizada pela Agência, I.P. acessível em <https://www.acingov.pt>, não sendo admitido qualquer outro meio de intervenção no procedimento.
2. A participação no presente procedimento depende de prévia inscrição, gratuita, na plataforma eletrónica de contratação referida no nº 1, devendo os interessados acautelar o tempo necessário para o efeito, não sendo aceite qualquer pedido de prorrogação de prazo de entrega de propostas por atrasos do interessado nessa inscrição.
3. As peças do procedimento são as indicadas na Informação Geral relativa ao presente procedimento constante na plataforma eletrónica, estando nela disponíveis para *download*



gratuito, sendo facultado acesso ao procedimento, até ao termo do prazo de entrega das propostas, através do registo como interessado.

4. Em caso de existência de dúvidas relativamente à utilização da plataforma eletrónica, devem os interessados contactar o *helpdesk* por esta disponibilizado.

## **Artigo 6º**

### **Esclarecimentos e erros e omissões das peças do procedimento**

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso e as listas com a identificação dos erros e omissões das peças do procedimento devem ser apresentados pelos interessados, na plataforma eletrónica referida no artigo anterior, até às 23h59m do dia em que se cumpre um terço do prazo para apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo júri na plataforma eletrónica, até às 23h59m do dia em que se cumprem dois terços do prazo para apresentação das propostas.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões das peças do procedimento identificados pelos interessados, indicando os termos do suprimento de cada um dos erros e/ou das omissões aceites, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final do prazo mencionado no nº anterior, não sejam por aquele órgão expressamente aceites.
4. Independentemente do disposto nos números anteriores, a Agência, I.P. pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, nos mesmos prazos referidos no número anterior, ou até ao final do prazo de apresentação das Propostas, atendendo-se, neste caso, ao disposto no artigo 64.º do CCP, para efeitos de prorrogação do prazo fixado para a apresentação das Propostas.
5. As retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados são disponibilizadas na plataforma eletrónica e juntas às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo todos os interessados que as tenham obtido imediatamente notificados desse facto.
6. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

## **Artigo 7º**

### **Impedimentos**

1. Não podem ser Concorrentes ou integrar qualquer Agrupamento as entidades que se encontrem em qualquer das situações de impedimento referidas no n.º 1 do artigo 55.º do CCP.



2. Sem prejuízo do regime da relevação dos impedimentos previsto no artigo 55.º-A do CCP, a verificação de qualquer uma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º daquele Código, relativamente a qualquer dos Concorrentes ou, no caso de Agrupamentos, a qualquer dos seus membros, determina a exclusão da Proposta apresentada mesmo que, no caso de Agrupamentos, a irregularidade não se verifique em relação aos demais elementos que os integram.

### **Artigo 8º**

#### **Agrupamentos**

1. Podem ser Concorrentes agrupamentos de pessoas coletivas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
2. Os membros de um Agrupamento concorrente não podem ser simultaneamente Concorrentes no âmbito deste procedimento, nem integrar outro Agrupamento Concorrente.
3. Todos os membros do Agrupamento são solidariamente responsáveis, perante a Entidade Adjudicante, pela manutenção da Proposta.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do Agrupamento Concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade de Consórcio Externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

### **Artigo 9º**

#### **Documentos que constituem as propostas**

1. As propostas são obrigatoriamente constituídas pelos seguintes documentos, **sob pena de exclusão**:
  - a) Declaração a que se refere a alínea a) do nº 1 do artº 57º do CCP, Anexo I ao presente Programa do Procedimento;
  - b) Documento que contenha os atributos da proposta submetidos à concorrência, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, tendo em conta as especificações técnicas constantes do caderno de encargos, composto pelos seguintes elementos:
    - i) Documento com o preço global da proposta indicado em algarismos e por extenso, não incluindo o IVA;
    - ii) Documento justificativo do preço da proposta, com indicação dos preços unitários por hora/perfil, e da forma de apuramento do preço global da proposta;
    - iii) *Curriculum vitae* de cada um dos elementos que integram obrigatoriamente a equipa afeta à execução do contrato a celebrar, para efeitos do cumprimento dos requisitos constantes da Parte II do Caderno de Encargos, devendo ser remetido o necessário



consentimento para transmissão dos dados pessoais e da sua publicação na plataforma baseGov, para efeitos do Regulamento nº 679/2016 e da Lei nº 58/2019, de 8 de agosto. Os *curricula* devem ser acompanhados de comprovativo das certificações exigidas pela Parte II do Caderno de Encargos;

- iv) Documento descritivo, entre outros, da metodologia de gestão e de execução, do plano de implementação e da equipa de projeto, propostos para execução do contrato, tendo em conta o estabelecido no Caderno de Encargos e de acordo com o modelo de Proposta e o modelo de avaliação, que constituem, respetivamente, os Anexos II e III ao presente programa de concurso.
- 2. Em caso de divergência entre o preço indicado em algarismos e por extenso prevalece, para todos os efeitos, o preço indicado por extenso.
  - 3. Caso o concorrente revista a forma de agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por designação do representante comum do agrupamento e respetivos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento.

#### **Artigo 10º**

##### **Apresentação de propostas variantes**

Não é admissível a apresentação de propostas variantes, determinando a sua apresentação a exclusão de todas as propostas apresentadas pelo Concorrente.

#### **Artigo 11º**

##### **Prazo e Modo de apresentação das propostas**

- 1. As propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica até às 23h59m do 6º (sexto) dia a contar da data do envio do anúncio para publicação no Diário da República.
- 2. Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados eletronicamente na plataforma referida no nº anterior, devendo ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do nº 4 do artigo 57º do CCP, com recurso a assinatura eletrónica qualificada, aposta mediante utilização de um certificado digital que contenha as informações que permitam relacionar o assinante com a sua função e o poder de representação do concorrente, nos termos definidos na Lei nº 96/2015, de 17 de agosto.
- 3. Quando a assinatura eletrónica não comprove os poderes de representação do assinante, tem de ser submetida, juntamente com a proposta, **e sob pena de exclusão**, o(s) documento(s) que comprove(m) os poderes de representação de que o assinante dispõe.



4. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os números 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum, mediante a utilização de um certificado digital ou assinatura digital qualificada que cumpra os requisitos previstos nos números 2 e 3.
5. Todos os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

### **Artigo 12º**

#### **Prazo da obrigação de manutenção das propostas**

Os concorrentes obrigam-se a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias, contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

### **Artigo 13º**

#### **Esclarecimentos sobre as propostas**

1. O Júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas, que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, não podendo contrariar os elementos constantes dos documentos que as constituem, nem alterar ou completar os respetivos atributos, nem suprir omissões que determinem a sua exclusão nos termos do disposto do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. O Júri solicita aos concorrentes que, no prazo máximo de três dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas, causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.
4. O Júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
5. Os pedidos do Júri formulados nos termos dos n.ºs 1 e 3, bem como as respetivas respostas, são disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, sendo todos os concorrentes imediatamente notificados desse facto.



## **Artigo 14º**

### **Análise das propostas**

1. As propostas são analisadas em todos os seus atributos, representados pelos fatores e subfatores que densificam o critério de adjudicação, e termos ou condições.
2. São excluídas as propostas cuja análise revele a verificação de alguma das situações identificadas no nº 2 do artigo 70º do CCP.
3. No caso de todas as propostas serem excluídas, o órgão competente para a decisão de contratar pode, excepcionalmente e por motivos de interesse público devidamente fundamentados, adjudicar aquela que, de entre as propostas que apenas tenham sido excluídas com fundamento na alínea d) do n.º 2 do artigo 70º do CCP e cujo preço não exceda em mais de 20% (vinte por cento) o montante do preço base, seja ordenada em primeiro lugar, de acordo com o critério de adjudicação, nos termos do nº 6 do artigo 70º do CCP.

## **Artigo 15º**

### **Critério de adjudicação**

A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada através da modalidade multifator, de acordo com o modelo de avaliação das propostas constante do anexo III ao presente Programa do Concurso.

## **Artigo 16º**

### **Critério de desempate**

1. Em caso de empate de propostas ordenadas em primeiro lugar, o critério de desempate é o dos fatores e subfatores do critério de adjudicação, por ordem decrescente de ponderação relativa.
2. No caso de se manter a situação de empate, efetua-se um sorteio de entre as propostas melhor classificadas e relativamente às quais se verifica o empate.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, o júri notifica os concorrentes que apresentaram as propostas submetidas ao sorteio, com uma antecedência mínima de três dias, da data, da hora e do local da sua realização.
4. O sorteio desenrolar-se-á presencialmente com o júri do procedimento e os concorrentes, do qual será lavrada ata para ser assinada por todos os presentes.
5. O sorteio realizar-se-á através da extração de cupões e a ausência de algum ou todos os representantes dos concorrentes não impede a realização do sorteio.



## **Artigo 17º**

### **Notificação da Adjudicação e documentos de habilitação**

1. A decisão de adjudicação é notificada, juntamente com o Relatório Final, em simultâneo a todos os concorrentes.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notificará o adjudicatário para:
  - a) Apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 81.º do CCP, a saber:
    - i) Declaração conforme modelo constante do Anexo IV ao presente Programa do concurso;
    - ii) Certidões, ou disponibilização dos respetivos códigos de acesso para a consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
      - a. Situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português;
      - b. Situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social;
      - c. Declaração do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE).
    - iii) Certidão do registo criminal da empresa e dos titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
    - iv) Certidão permanente, ou o respetivo código, que permita comprovar a titularidade dos órgãos sociais.
  - b) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
  - c) Pronunciar-se sobre a minuta de contrato.
3. Caso o adjudicatário revista a forma de um agrupamento os documentos de habilitação previstos no número anterior devem ser apresentados por todos os seus membros.
4. Os documentos de habilitação referidos nos números anteriores devem ser redigidos em língua portuguesa ou no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o adjudicatário declare a respetiva prevalência sobre os originais.
5. Caso sejam detectadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos dos números anteriores, será concedido um prazo adicional de cinco dias úteis destinado ao seu suprimento.

## **Artigo 18º**

### **Caducidade da Adjudicação**



1. A adjudicação caduca quando, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não entregue a documentação prevista no artigo anterior no prazo fixado para o efeito, ou quando não entregue essa documentação em língua portuguesa ou acompanhada de tradução devidamente legalizada e com declaração de prevalência sobre o original.
2. Verificado um facto que, nos termos do n.º anterior determine a caducidade da adjudicação, a entidade adjudicante notifica o adjudicatário em relação ao qual o facto ocorreu, concedendo um prazo de 3 (três) dias para se pronunciar ao abrigo do direito de audiência prévia.
3. Em função das razões invocadas e se estas não forem imputáveis ao adjudicatário, pode a entidade adjudicante conceder prazo adicional, não superior a três dias, para supressão das irregularidades, sob pena de caducidade da adjudicação.
4. Verificada a caducidade, o órgão competente para a decisão de contratar adjudica a proposta ordenada em lugar subsequente.

#### **Artigo 19º**

##### **Caução**

Não será exigida caução atento o disposto na al. a) do n.º 2 do art.º 88º do CCP.

#### **Artigo 20º**

##### **Despesas com a elaboração da proposta e a celebração do contrato**

Correm por conta do prestador de serviços as despesas inerentes à elaboração da proposta e à celebração do contrato.

#### **Artigo 21º**

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do procedimento fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

#### **Artigo 22º**

##### **Legislação aplicável**

O presente procedimento pré-contratual é regulado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação em vigor.



## **Anexo I – Declaração a que se refere a al. a) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP**

---

1 – (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup> ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do convite relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado convite, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo <sup>(3)</sup>:

- a)
- b)

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do referido Código.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade



da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... (assinatura <sup>(4)</sup>)

**Notas:**

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.



## Anexo II – MODELO DE PROPOSTA

---

Nos termos e para os efeitos do artigo 9º, nº 1 alínea b), nº iv) do Programa do Concurso, a proposta tem de encontrar-se organizada de acordo com a estrutura do presente Modelo de Proposta e integrar todos os elementos nele referenciados, salvo se existir algum aspeto não aplicável ou inexistente e que deve, como tal, ser expressamente declarado, sob pena de ser considerado em falta.

O documento, com exclusão APENAS dos *curricula* e dos comprovativos das certificações, não pode ultrapassar 75 (setenta e cinco) páginas, em formato A4 com o máximo de 16cm de comprimento, fonte Arial 10 e espaçamento de 1,5, com uma mancha que não pode ultrapassar as 35 linhas, no formato descrito.

Todos os requisitos constantes das Especificações Técnicas são obrigatórios e o seu não cumprimento, bem como a omissão dos elementos constantes do presente Modelo constituem fundamento de exclusão.

Os aspetos indicados no presente Modelo podem ser complementados ou desagregados, mas nunca omitidos. Em caso de contradição na explanação dos atributos, prevalecem as declarações que privilegiem o cumprimento dos requisitos do Caderno de encargos. Em caso de contradição entre elementos necessários para a aplicação do critério de avaliação a proposta será excluída.

### MODELO

#### **CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO**

Onde o concorrente apresenta o seu entendimento dos trabalhos e serviços a prestar e outros conteúdos que considere pertinentes como introdução à sua proposta.

#### **CAPÍTULO 2 – SERVIÇOS PROPOSTOS**

Neste capítulo, o concorrente deve demonstrar a adequação da proposta aos requisitos e especificações descritos na Parte II do Caderno de Encargos.

Para o efeito, o concorrente deve ter em consideração que a proposta técnica descreve os bens e serviços propostos ao nível dos atributos que digam respeito aos aspetos técnicos da execução do contrato e que, sem prejuízo do modelo a seguir apresentado, deve:



1. Conter os atributos técnicos de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, em particular, deve especificar todos os aspetos técnicos da execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos e, nesse sentido, deve especificar os atributos técnicos representados pelos fatores e subfactores que densificam o critério de adjudicação;
2. Facilitar a perceção do cumprimento dos requisitos do caderno de encargos e o modo como são cumpridos; e
3. Utilizar a terminologia, conceitos e acrónimos das cláusulas e condições técnicas do caderno de encargos.

Na proposta apresentada, o concorrente deve:

1. Descrever o modelo de serviço proposto;
2. Descrever o local de operação e suas condições – centro de operações;
3. Descrever as principais atividades técnicas do serviço;
4. Descrever as ferramentas de serviço que irá incluir no serviço;
5. Descrever o processo de transição para serviço;
6. Descrever o processo de devolução do serviço;

### **CAPÍTULO 3 – IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO**

Neste capítulo, o concorrente deve demonstrar a adequação da proposta aos requisitos de implementação do capítulo 2 da Parte II do Caderno de Encargos. Para tal, o concorrente deve:

1. Descrever a metodologia de gestão e execução do projeto, detalhando atividades, resultados, responsabilidade e interdependência.
2. Apresentar a proposta de implementação, incluindo um cronograma previsto para a implementação do projeto
3. Descrever o plano para capacitar e garantir passagem de conhecimento às equipas em cada entrega.

### **CAPÍTULO 4 – ORGANIZAÇÃO E EQUIPA DO PROJETO**

A proposta deverá apresentar e descrever:

1. A estrutura organizativa da equipa e a constituição da equipa afeta à execução do contrato.



2. Para cada elemento da equipa, e sem prejuízo do disposto no artigo 9º, nº 1, alínea b), subalínea iv) do presente Programa do Concurso, o seu perfil, formação académica, principais competências, a função e responsabilidades que desempenhará na equipa.

## **CAPÍTULO 5 – CONDIÇÕES FINANCEIRAS**

Neste capítulo, a proposta deve apresentar o Preço global do serviço, ou seja, o preço a pagar pela Cocontratante pela execução de todos os serviços objeto do contrato a celebrar.

Os preços deverão ser indicados sem IVA e com IVA, se aplicável, em numeral e por extenso. Em caso de contradição, prevalecem os valores indicados por extenso.



### Anexo III – MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

---

O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com os fatores de ponderação a seguir descritos.

As propostas são avaliadas de acordo com o seguinte modelo:

- a) **Experiência da Equipe (E)**, com ponderação de 55%;
- b) **Metodologia (M)**, com ponderação de 25%;
- c) **Preço (P)**, com ponderação de 20%.

A Pontuação do Concorrente será igual ao somatório dos fatores: E + M + P, obtida através da fórmula:

$$(E*55\%) + (M*25\%) + (P*20\%)$$

A pontuação de cada Fator e a Pontuação do Concorrente serão arredondadas à segunda casa decimal.

#### FATORES E SUBFATORES DE AVALIAÇÃO

##### F1 – AVALIAÇÃO DO FATOR EXPERIÊNCIA

O fator Experiência da Equipe (E) será obtido através dos seguintes subfatores e respectiva ponderação:

| Subfatores                                      | Ponderação | Escala |
|-------------------------------------------------|------------|--------|
| Experiência do Gestor de Projeto (Egp)          | 20%        | 20-100 |
| Experiência do Scrum Master / Arquiteto (Esm)   | 20%        | 20-100 |
| Experiência do Arquiteto de dados (Ead)         | 15%        | 20-100 |
| Experiência do Consultor Governo de dados (Ecd) | 15%        | 20-100 |
| Experiência do Engenheiro de dados (Eed)        | 15%        | 20-100 |
| Experiência do Engenheiro de software (Ees)     | 15%        | 20-100 |
| Total:                                          | 100%       |        |

A pontuação no fator resulta da aplicação da seguinte fórmula:



$$E = [(pEgp \times 0,20) + (pEsm \times 0,20) + (pEad \times 0,15) + (pEcd \times 0,15) + (pEed \times 0,15) + (pEes \times 0,15)] \times 0,55$$

Em que:

- pEgp, pEsm, pEad, pEcd, pEed e pEes são a pontuação relativa ao subfator experiência de cada um dos perfis indicados, de acordo com as tabelas seguintes.

**a) Experiência do Gestor de Projeto:**

| Escala                 | Descrição                                                                                       |
|------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Baixo = 20 pontos      | O Gestor de Projeto tem experiência na gestão de apenas um projeto de PMO no Setor Público      |
| Suficiente = 40 pontos | O Gestor de Projeto tem experiência na gestão de dois projetos de PMO no Setor Público          |
| Bom = 60 pontos        | O Gestor de Projeto tem experiência na gestão de três projetos de PMO no Setor Público          |
| Muito Bom = 80 pontos  | O Gestor de Projeto tem experiência na gestão de quatro projetos de PMO no Setor Público        |
| Excelente = 100 pontos | O Gestor de Projeto tem experiência na gestão de cinco ou mais projetos de PMO no Setor Público |

**b) Experiência do Scrum Master:**

| Escala                 | Descrição                                                                           |
|------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|
| Baixo= 20 pontos       | O Scrum Master tem experiência em quatro projetos na área dos Fundos Europeus       |
| Suficiente = 40 pontos | O Scrum Master tem experiência em cinco projetos na área dos Fundos Europeus        |
| Bom = 60 pontos        | O Scrum Master tem experiência em seis projetos na área dos Fundos Europeus         |
| Muito Bom = 80 pontos  | O Scrum Master tem experiência em sete projetos na área dos Fundos Europeus         |
| Excelente = 100 pontos | O Scrum Master tem experiência em oito ou mais projetos na área dos Fundos Europeus |

**c) Experiência do Arquiteto de dados:**



| Escala                 | Descrição                                                                        |
|------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|
| Baixo= 20 pontos       | O Arquiteto de dados tem experiência em três projetos de gestão de dados         |
| Suficiente = 40 pontos | O Arquiteto de dados tem experiência em quatro projetos de gestão de dados       |
| Bom = 60 pontos        | O Arquiteto de dados tem experiência em cinco projetos de gestão de dados        |
| Muito Bom = 80 pontos  | O Arquiteto de dados tem experiência em seis projetos de gestão de dados         |
| Muito Bom = 100 pontos | O Arquiteto de dados tem experiência em sete ou mais projetos de gestão de dados |

**d) Experiência dos Consultores de Governo de Dados:**

| Escala                 | Descrição                                                                                                            |
|------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Baixo= 20 pontos       | O Consultor Governo de Dados tem experiência de um projeto de reengenharia de processos no Setor Público             |
| Suficiente = 40 pontos | O Consultor Governo de Dados tem experiência de dois projetos de reengenharia de processos no Setor Público          |
| Bom = 60 pontos        | O Consultor Governo de Dados tem experiência de três projetos de reengenharia de processos no Setor Público          |
| Muito Bom = 80 pontos  | O Consultor Governo de Dados tem experiência de quatro projetos de reengenharia de processos no Setor Público        |
| Excelente = 100 pontos | O Consultor Governo de Dados tem experiência de cinco ou mais projetos de reengenharia de processos no Setor Público |

A pontuação para este subfactor é obtida pela média da pontuação dos dois perfis indicados.

No caso de o concorrente apresentar uma equipa com número de elementos superior ao mínimo definido no CE (2), serão considerados os elementos com maior número de anos de experiência.

**e) Experiência do Engenheiro de Dados:**



| Escala                 | Descrição                                                                                                                    |
|------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Baixo= 20 pontos       | Experiência profissional de implementação de um ano completo de plataformas de dados e ecossistemas de Big Data              |
| Suficiente = 40 pontos | Experiência profissional de implementação de dois anos completos de plataformas de dados e ecossistemas de Big Data          |
| Bom = 60 pontos        | Experiência profissional de implementação de três anos completos de plataformas de dados e ecossistemas de Big Data          |
| Muito Bom = 80 pontos  | Experiência profissional de implementação de quatro anos completos de plataformas de dados e ecossistemas de Big Data        |
| Excelente = 100 pontos | Experiência profissional de implementação de cinco ou mais anos completos de plataformas de dados e ecossistemas de Big Data |

**f) Experiência dos Engenheiros de Software:**

| Escala                 | Descrição                                                                                                                                                |
|------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Baixo= 20 pontos       | Participação num projeto de desenvolvimento de soluções em Cloud e micro serviços associados à tecnologia Mulesoft.                                      |
| Suficiente = 40 pontos | Participação em dois projetos de desenvolvimento de soluções em Cloud e micro serviços associados à tecnologia Mulesoft.                                 |
| Bom = 60 pontos        | Participação em três projetos de desenvolvimento de soluções em Cloud e micro serviços associados à tecnologia Mulesoft.                                 |
| Muito Bom = 80 pontos  | Participação em quatro projetos de desenvolvimento de soluções em Cloud e micro serviços associados à tecnologia Mulesoft.                               |
| Excelente = 100 pontos | O Engenheiro de software participou em cinco ou mais projetos de desenvolvimento de soluções em Cloud e micro serviços associados à tecnologia Mulesoft. |

A pontuação para este subfactor é obtida pela média da pontuação dos dois perfis indicados.

No caso de o concorrente apresentar uma equipa com número de elementos superior ao mínimo definido no CE (2), serão considerados os elementos com maior número de anos de experiência.

**F2 – AVALIAÇÃO DO FATOR METODOLOGIA**



O fator metodologia de abordagem (M) avalia a abordagem metodológica de implementação proposta pelo Concorrente na proposta e será obtido através dos seguintes subfatores:

Subfatores de avaliação:

- Metodologia de gestão e execução (Mge)
- Proposta de Implementação (Pi)

| Subfatores                             | Ponderação | Escala |
|----------------------------------------|------------|--------|
| Metodologia de gestão e execução (Mge) | 40%        | 20-100 |
| Proposta de Implementação (Pi)         | 60%        | 20-100 |
| Total:                                 | 100%       |        |

O fator “F2 - Metodologia” da proposta será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$M = [(Mge \times 0,40) + (Pi \times 0,60)] \times 0,25$$

#### **Metodologia de gestão e execução (Mge)**

| Escala                 | Descrição                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Baixo= 20 pontos       | A metodologia apresentada é descrita de forma genérica ou não se adequa às características dos serviços a prestar.                                                                                                                                                                                                       |
| Suficiente = 40 pontos | A metodologia apresentada é adequada ao tipo de serviços a prestar, mas não apresenta detalhe na contextualização ao mesmo.                                                                                                                                                                                              |
| Bom = 60 pontos        | A metodologia é adequada e apresenta de forma detalhada a sua contextualização aos serviços a prestar, mas o detalhe não abrange a totalidade da definição da metodologia de gestão e de execução do projeto.                                                                                                            |
| Muito Bom = 80 pontos  | A metodologia é adequada e apresenta de forma muito objetiva e detalhada a sua contextualização para a totalidade dos serviços a prestar, com a definição do detalhe de gestão e execução dos trabalhos.                                                                                                                 |
| Excelente = 100 pontos | A metodologia é muito adequada, apresenta de forma muito objetiva e detalhada a sua contextualização para a totalidade dos serviços a prestar, com a definição do detalhe de gestão e execução dos trabalhos, estando identificados objetivamente os impactos positivos da metodologia proposta nos objetivos a atingir. |



### Proposta de implementação (Pi)

| Escala                 | Descrição                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Baixo= 20 pontos       | A proposta de implementação apresentada é descrita de forma genérica ou não se adequa às características dos serviços a prestar                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| Suficiente = 40 pontos | A proposta de implementação apresentada é adequada ao tipo de serviços a prestar, mas não apresenta detalhe na contextualização ao mesmo                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Bom = 60 pontos        | A proposta de implementação é adequada e apresenta de forma detalhada a sua contextualização aos serviços a prestar, mas o detalhe não abrange a totalidade da definição dos serviços de implementação de integração de Dados e Serviços a realizar.                                                                                                                                                                |
| Muito Bom = 80 pontos  | A proposta de implementação é adequada e apresenta de forma muito objetiva e detalhada a sua contextualização para a totalidade dos serviços a prestar, com a definição da arquitetura e serviços, onde são descritos em detalhe os vários componentes da solução e como se relacionam.                                                                                                                             |
| Excelente = 100 pontos | A proposta de implementação é muito adequada e apresenta de forma muito objetiva e detalhada a sua contextualização para a totalidade dos serviços a prestar, com a definição da arquitetura e serviços, onde são descritos em detalhe os vários componentes da implementação e como se relacionam, estando identificados objetivamente os impactos positivos da proposta de implementação nos objetivos a atingir. |

### F3 – AVALIAÇÃO DO FATOR PREÇO

O fator preço será apurado por aplicação da seguinte fórmula:

$$F3 = [5 - 4 * (P_{proposta} / P_{base})] * 20$$

Em que:

F3 = fator preço

Pproposta = preço da proposta em avaliação

Pbase = preço-base do concurso



## Anexo IV – Modelo de Declaração

---

### MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.